

Quase R\$ 6 milhões por mês para ônibus

Atualmente, sete das nove prefeituras das cidades da Baixada Santista aplicam recursos públicos para subsidiar o transporte coletivo

MAURICIO MARTINS
DA REDAÇÃO

As prefeituras da Baixada Santista repassam, por mês, quase R\$ 6 milhões às empresas de ônibus. Esse total se refere aos subsídios concedidos por sete municípios: Santos, São Vicente, Guarujá, Cubatão, Bertiooga, Peruíbe e Itanhaém. Apenas em Praia Grande e Mongaguá as concessionárias não contam com aporte das prefeituras.

O repasse de verba pela maioria das cidades é necessário para que o transporte coletivo dos municípios continue funcionando sem aumento exagerado de tarifas, já que operação fica insustentável se depender apenas da arrecadação com usuários. Contribui para essa situação a diminuição gradativa do número de passageiros nos ônibus.

Guarujá é cidade a que repassa o maior valor da região para o transporte: aproximadamente R\$ 2,5 milhões por mês. O subsídio acontece desde fevereiro de 2019 à concessionária City Transportes Urbano Intermodal. Atualmente a tarifa é de R\$ 4,50 no cartão cidadão e transporte e R\$ 5,00 em dinheiro.

A Prefeitura de Guarujá informou que o contrato de concessão do transporte público local tem um modelo diferenciado, único na Baixada Santista. É um contrato de concessão com subsídio financeiro, que prevê a renovação de todo o sistema de transporte, além de promover melhorias estruturais, como a construção de dois novos terminais de ônibus.

"O compromisso também abarca o custeio de todas as gratuidades previstas em lei (idosos, deficientes e estudantes beneficiários do passe livre, por exemplo), o que em Guarujá corresponde a 35% dos usuários do sistema".



Em Santos, a Prefeitura passou a subsidiar o transporte coletivo municipal em agosto do ano passado



Guarujá é cidade a que repassa o maior valor da região: aproximadamente R\$ 2,5 milhões por mês.

Em Santos, o valor atual do repasse é de R\$ 1,1 milhão por mês. A Prefeitura passou a subsidiar o transporte municipal em agosto de 2021 e até janeiro deste ano repassou o montante de R\$ 4,8 milhões à permissionária.

A Administração explica que o preço da tarifa leva em conta o total de custos

(combustível e óleo, peças, insumos e folha de pagamento, entre outras despesas) dividido pelo total de passageiros pagantes transportados. "A queda de usuários verificada em todo o País tem comprometido o

equilíbrio financeiro dos contratos de prestação de serviço e exigido das prefeituras a destinação de recursos próprios para manter o serviço ao cidadão".

MATHEUS TAGÉ - 25/2/22

SUBSÍDIO MENSAL

Bertioga	R\$ 500 mil
Cubatão	R\$ 810 mil
Guarujá	R\$ 2,5 milhões
Itanhaém	R\$ 547,5 mil
Mongaguá	não tem
Peruíbe	R\$ 100 mil
Praia Grande	não tem
Santos	R\$ 1,1 milhão
São Vicente	R\$ 400 mil
Região	R\$ 5,957 milhões

Cerca de 1,2 milhão de usuários utilizam o sistema santista por mês. A redução de pagantes no sistema entre 2016 e 2021 foi de 59,4%. A Viação Piracicabana é a permissionária do serviço, cuja frota soma 224 coletivos e a passagem custa R\$ 4,95.

A Prefeitura de São Vicente começou no ano passado a dar o subsídio. Neste ano, foi aprovado pela Câmara um total de 11 parcelas de R\$ 400 mil. Quem opera é a empresa Otrantur e o valor da tarifa dos mini ônibus é de R\$ 3,95 ou R\$ 3,50 para compra antecipada.

"A necessidade do subsídio vem da baixa demanda de passageiros, principalmente por conta da pandemia. Houve uma redução drástica de 50% na utilização do transporte", diz a Prefeitura de São Vicente. Cubatão concede subsídio de R\$ 810 mil por mês à Expresso Fênix Viação Ltda, já que o valor é de R\$ 1,80 por passageiro, desde 1º de janeiro de 2022, e são 450 mil usuários mensais, segundo a Prefeitura. A Administração alega que houve redução de 60% dos pas-

sageiros com a pandemia. A operação conta com 49 veículos, sete micros e 42 convencionais. A tarifa é de R\$ 4,20.

MAIS CONTRATOS

Peruíbe gasta aproximadamente R\$ 100 mil mensais em subsídio, que ocorre desde 2015, ano de início da concessão. O transporte funciona por meio da empresa Jundiá. Todos os veículos são do tipo ônibus urbano, com uma frota de 16 veículos. O valor atual da tarifa é de R\$ 4,00. Em fevereiro, foram 94.916 passageiros. "Há redução no número de passageiros, principalmente nos dois últimos anos devido a pandemia".

Itanhaém paga R\$ 547,5 mil por mês à Expresso Fênix Viação Ltda. O repasse ocorre desde dezembro de 2020, com a contratação emergencial devido à rescisão do contrato com a empresa anterior. Até o momento, já foram investidos R\$ 7,6 milhões. Os 21 ônibus e três minibus transportam 183 mil passageiros por mês, com a tarifa a R\$ 3,75.

Bertioga informa que desde outubro de 2020 dá subsídio. Atualmente, o valor mensal tem uma limitação de R\$ 500 mil e depende de variáveis, como quilometragem e valor de arrecadação com a tarifa. O transporte público coletivo é operado pela City Transportes Global Ltda. Atualmente a tarifa é de R\$ 4,50 para uma frota com 25 ônibus.

"Neste ano, a média é de 312.234 passageiros por mês. Houve queda de 25% no número de passageiros desde 2014", diz a Prefeitura.

PG e Mongaguá continuam sem aporte

Em Praia Grande, não é aplicado subsídio. Segundo a Prefeitura, para isso, há necessidade de lei específica ser aprovada na Câmara Municipal, o que não é descartado. "A publicação do edital de licitação, que culminou na celebração do contrato atualmente vigente com a Viação Piracicabana, deu-se durante o ano de 2020, o primeiro da pandemia. Isso permitiu, já no edital, colocar cláusula que autoriza o Poder Público Municipal aportar recursos, tendo por base a quantidade de passageiros pagantes".

No transporte da Cidade, são 83 ônibus e micro-ônibus, divididos em 14 linhas. "A tarifa do transporte subiu para R\$ 5,35 em 13 de fevereiro deste ano, porém o Decreto Municipal 7.500, de 11 de fevereiro, ordenou que a tarifa pública à população permanecesse em R\$

4,80", diz a Administração. Em 2019, a média mensal de usuários no sistema foi de 1.198.623 passageiros, número que caiu para 520.061 em 2021.

LITORAL SUL

De acordo com a licitação vigente, não compete à Prefeitura de Mongaguá repassar subsídio ao transporte municipal, explica a Administração. No Município, o serviço é realizado pela empresa Ação Transportes, que conta com 17 veículos.

"Mongaguá segue a licitação vigente, de 2018, onde consta que não há necessidade de a Administração Municipal realizar o repasse. Mensalmente, são transportados cerca de 60 mil passageiros pagantes, 25 mil estudantes (que pagam 50% do valor da tarifa) e 125 mil idosos, gratuitamente. A tarifa tem o valor de R\$ 3,80".

Situação é parecida em outras cidades

Pesquisa divulgada no início deste ano pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), mostra que 122 cidades repassam dinheiro a empresas de ônibus para ajudar a financiar tarifas, incluindo 23 capitais, em valores mensais que chegam a R\$ 2,8 bilhões.

De acordo com o superintendente da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP), Luiz Carlos Néspoli, o modelo de transporte público coletivo vigente há décadas no Brasil é o da cobertura dos custos do transporte pela receita advinda da tarifa paga pelos passageiros. Como a demanda caiu, a receita passou a não cobrir mais os custos do sistema.

"Neste caso, ou se mitiga o déficit ou se precariza o transporte público, podendo até mesmo levá-lo ao colapso, como ocorreu em algumas cidades, pelo menos com a



Pesquisa do Idec mostra que 122 municípios brasileiros repassam dinheiro a empresas de ônibus

desistência de empresas operadoras".

Néspoli explica que a principal mudança a ser feita é rever o modelo de financiamento do custeio e isso envolve entrar recursos extra tarifários. Uma das medidas, diz ele, é a cobertura das gratuidades, por exemplo, dos idosos, com repasse

dos valores equivalentes pelo Governo Federal. Há projeto de lei com essa finalidade em andamento no Congresso Nacional.

"O segundo exemplo é a cobertura dos descontos dos estudantes, que já está sendo feito por algumas cidades com recursos da Educação. Mas, tem que ter re-

curso de outros beneficiários de um sistema de transporte, como dos usuários de automóveis, por exemplo. Em suma, a cesta de recursos envolve orçamentos das três entidades da federação, fontes alternativas (como pedágio, IPTU e IPVA) e a fração do próprio passageiro".

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

Seção: Cidades **Caderno:** A **Página:** 3